

Mais fácil

NEGOCIAÇÃO RÁPIDA COM



Larosière: elogios.

Arquivo/AE

A rápida conclusão das negociações para o acordo de reescalonamento da dívida oficial do Brasil junto ao Clube de Paris — iniciada esta manhã, na capital francesa, devem estar encerradas até amanhã à tarde — vai provocar a aceleração das negociações com os bancos privados em Nova York. Embora evitem estabelecer prazos rígidos, fontes oficiais brasileiras e do comitê de bancos credores indicaram que os entendimentos podem entrar na reta final em algumas semanas e um acordo é possível em abril.

Com as projeções a indicar uma nova tendência de declínio da inflação nos próximos dois meses, um acerto com os bancos nesse período poderá dar uma importante injeção de confiança nos agentes econômicos e ampliar o espaço político para a execução do programa de estabilização econômica negociado com o FMI. Não é outra a aposta do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira.

No início da semana passada, o comitê de bancos entregou uma nova proposta de acordo ao negociador da dívida, Pedro Malan, respondendo a vários movimentos que o governo brasileiro fizera duas semanas antes. A oferta dos bancos, que foi bem recebida em Brasília, será examinada após as negociações com o Clube de Paris, numa série de reuniões que incluirá consultas com líderes parlamentares, em busca de apoio político para um acordo.

“Há ainda diferenças importan-

tes a serem superadas, mas as negociações parecem ter adquirido embocadura”, disse uma fonte do governo. Dois fatores pesaram a favor da evolução favorável das conversas depois que o FMI deu seu apoio ao programa de estabilização da economia, no fim do

mês passado. Do lado dos bancos, que estavam divididos entre um grupo majoritário, interessado em fechar um acordo o mais rápido possível, e credores céticos quanto às chances de êxito da política econômica, caminhou-se para o consenso. Esse consenso foi fortemente influenciado pela perspectiva de acordo com o Clube de Paris, que representa um novo endosso da comunidade oficial à política econômica do governo Collor menos de um mês após o apoio do FMI.

O governo brasileiro, por sua vez, facilitou a aproximação das posições entre os bancos acrescentando alguns ingredientes novos na negociação. Um deles foi um aumento de dezesseis avos, ou 0,0625%, na oferta de remuneração dos bônus de dinheiro novo, um dos seis instrumentos em discussão. O governo dispôs-se, também, a diminuir os prazos de pagamento e carência desses bônus, de 25 para 18 anos, e de 15 para 10 anos, respectivamente. O ex-diretor-gerente do FMI e presidente do Banco da França, Jacques de Larosière, elogiou a iniciativa brasileira e previu que ela forçará uma resposta igualmente positiva dos bancos.

Paulo Sotero, de Washington

O CLUBE DE PARIS ACELERA CONVERSAS COM O COMITÊ DE BANCOS

acordo com bancos